

27 ABR 1992

Sábado, 25, e segunda-feira, 27 de abril de 1992

GRESCO

BANCO DO PROGRESSO S.A.

LEGISLATIVO

*Congresso Nacional*

# Benevides teme que não haja tempo hábil para deputados votarem propostas do emendão

por Adriana Vasconcelos  
de Brasília

As chances de o governo ver aprovado ainda neste semestre pelo menos parte do chamado "emendão", sobretudo as medidas de ajuste fiscal e de modernização do Estado, estão ficando cada vez menores. Se as emendas não chegarão ao Senado até o próximo dia 15 de maio, simplesmente não haverá mais tempo hábil para que as matérias sejam apreciadas antes do inicio do recesso parlamentar, marcado para julho.

O alerta foi feito na última sexta-feira pelo presidente do Senado e Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), que revelou que nenhuma emenda constitucional pode ser apreciada em menos de 32 dias úteis. Ele também enfatizou que até agora, depois de cumpridos 60 dias do ano legislativo, o Senado vem tentando trabalhar da maneira mais produtiva possível.

Benevides também adiantou a pauta prioritária do Senado até o final do semestre. Já nesta terça-feira, ele sinaliza com a possibilidade de o plenário

aprovar o Acordo do Clube de Paris, fechado pelo governo brasileiro em fevereiro passado, é a lei de imprensa. Na quinta-feira, a expectativa é de que os líderes partidários cheguem a um consenso sobre o projeto de resolução que deverá regulamentar a rolagem das dívidas dos estados e municípios, estabelecendo os seus novos limites de endividamento. Ainda consta da pauta prioritária da Casa a apreciação da lei orgânica dos partidos e do Ministério Público.

## RECESSO

O presidente do Senado e Congresso Nacional, PMDB/CE, não quer "nem ouvir falar de recesso branco" no segundo semestre do ano, apesar das eleições municipais marcadas para outubro. "Isso não só compromete a imagem da instituição como poderá prejudicar a governabilidade do País", disse o senador na última sexta-feira.

Benevides também descartou a possibilidade do recesso parlamentar de julho ser suspenso, de forma a tornar viável a aprovação de projetos de interesse do governo ainda neste primeiro semestre.